

Sociologias

Sociologias

ISSN: 1517-4522

revsoc@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil

Schappo, Sirlândia

Josué de Castro e a agricultura de sustentação em Geografia da fome

Sociologias, vol. 16, núm. 35, enero-abril, 2014, pp. 306-338

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86830164011>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

Josué de Castro e a agricultura de sustentação em *Geografia da fome*

SIRLÂNDIA SCHAPPO^{*}

Resumo

Neste artigo, destacam-se as análises de Josué de Castro sobre a agricultura de sustentação presentes em um de seus principais livros: *Geografia da Fome* (1946), articulando-as ao contexto histórico e intelectual da época. O autor concebe o termo agricultura de sustentação ao se referir aos cultivos de sustento, especialmente aqueles existentes nos quilombos e no Sertão, que possibilitam a ampliação das possibilidades alimentares de uma região e que resultam diretamente no atendimento das necessidades da população. As influências para o desenvolvimento da importância da agricultura de sustentação no pensamento de Josué de Castro advêm tanto da sua trajetória de vida, das influências teóricas, bem como do contexto, dos espaços e grupos nos quais o autor circulou. Destacam-se aspectos considerados primordiais na consolidação de seu projeto político ancorado no combate à fome por meio do incentivo à agricultura de sustentação e do combate ao latifúndio e à monocultura como seus pilares essenciais.

Palavras-chave: Josué de Castro. Agricultura de sustentação. Geografia da fome.

* Universidade de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

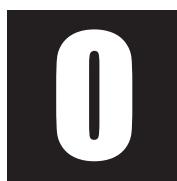
Josué de Castro and subsistence agriculture in *The geography of hunger*¹

Abstract

This article focuses on Josué de Castro's analysis about subsistence agriculture as presented in one of his main works: *The Geography of Hunger* (1946). Castro's work is reviewed against the historical and intellectual context of the time it was produced. The author conceives the term 'subsistence agriculture' referring to self-sufficiency farming, especially that practiced in quilombos and Sertão, which enables the expansion of the food possibilities of a region and allows meeting the population needs. The relevance of subsistence agriculture in the thought of Josué de Castro is derived from his personal trajectory, theoretical influences, as well as the context of groups and spaces frequented by the author. Emphasis is given to the aspects considered crucial for the consolidation of his political project grounded in fighting hunger by encouraging subsistence agriculture and supporting the fight against landlordism and monoculture.

Keywords: Josué de Castro. Subsistence agriculture. *The Geography of hunger*.

1 Um convite à leitura de *Geografia da Fome*



livro *Geografia da Fome*, publicado pela primeira vez em 1946², expressa no pensamento de Josué a transição dos estudos regionais para os de âmbito nacional, bem como a consagração do autor enquanto um intérprete da realidade do Brasil. A repercussão dessa obra no

¹ As principais reflexões contidas nesse artigo foram desenvolvidas em minha tese de doutorado (especialmente no capítulo 4) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, em 2008.

² Em 1945, Josué publica na revista mexicana *America Indígena*, vol. 5, n. 3, um artigo que congrega uma espécie de síntese do livro *Geografia da fome*, publicado no Brasil em 1946. Nele o autor antecipa muitas questões abordadas posteriormente em um de seus principais livros.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

pensamento social brasileiro encontra-se em parte refletida no imenso número de críticos que sobre ela se debruçaram na época, como Raquel de Queiroz, Sérgio Milliet, Olívio Montenegro, Luís da Câmara Cascudo, Nelson Werneck Sodré, entre outros.³

Em *Geografia da Fome* Josué de Castro aprimora sua discussão sobre agricultura de sustentação e enfatiza a necessidade de um plano de política alimentar, destacando um conjunto de medidas de caráter urgente que visavam reformular a economia agrária do país, entre elas o combate ao latifúndio e à monocultura e o incentivo à “poli-agricultura”. Suas ideias encontravam-se inseridas nas discussões daquela época que visavam uma solução para a problemática da alimentação, agravada com o processo de urbanização. O período é marcado por um clima de preocupação política frente à amplitude e ao aprofundamento da crise alimentar que o país enfrentava.

Josué de Castro concebe o termo agricultura de sustentação ao se referir aos cultivos de sustento que possibilitam a ampliação das possibilidades alimentares de uma região e que resultam diretamente no atendimento das necessidades da população. Nessa agricultura encontram-se presentes relações de cooperação, policultivos, práticas sustentáveis em termos econômicos, sociais, ambientais e culturais. Para a realização desta análise Josué baseia-se nos históricos cultivos tradicionais, especialmente dos quilombolas e sertanejos, revelando a importância da agricultura de sustentação no combate a fome.

A partir das constantes referências de Josué a esse tipo de agricultura ele constrói, a partir delas, um projeto político de incentivo a esses cultivos. É a partir desse intuito que ele propõe, na década de 1950, um projeto de reforma agrária, visando à ampliação das possibilidades

³ A partir da segunda edição, o autor inclui como apêndice *A contribuição da crítica brasileira*, contendo as principais sugestões dos diversos críticos que contribuíram para a elaboração dos volumes seguintes.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

alimentares. O pensamento de Josué de Castro, na primeira edição de *Geografia da fome* (1946), não esboça ainda um nítido projeto de reforma agrária objetivando uma ampla distribuição de terras, como em edições posteriores do livro. No entanto, pretende-se analisar neste artigo o quanto são incisivas suas afirmativas sobre a necessidade de um plano de política alimentar que tem, entre suas metas, o combate ao latifúndio improdutivo e à monocultura e o incentivo à agricultura de sustentação. Sua proposta política enfatiza a necessidade de transformar o campo brasileiro de modo a assegurar o combate a fome com incentivo à produção de alimentos, compreendendo como prioridade desse processo o atendimento das necessidades humanas.

Compreende-se que as sugestões de Antonio Cândido, no que se refere à análise de uma obra, são fundamentais para a compreensão desta enquanto produto tanto da iniciativa individual quanto de condições sociais, e não como alternativas mutuamente exclusivas. (Cândido, 1973; 1968). Nesse sentido, busca-se analisar as ideias de Josué de Castro como fruto tanto das mais diversas discussões, fatos e relações estabelecidas e vividas pelo autor, quanto do que ela tem de específico, revelando-se não apenas como a conformação de tendências e influências, mas tendo ela mesma uma especificidade. Esta é revelada, especificamente aqui, nas análises do autor sobre a importância da agricultura de sustentação na formação sócio-histórica do país e sua imprescindível contribuição no combate à fome, análise esta refletida em suas proposições políticas de reforma agrária e de incentivos a essa agricultura.

O pensamento e a trajetória intelectual de Josué de Castro (1908-1973), especialmente a partir da década de 1930, expressam suas contribuições para a superação das concepções naturalizadoras em relação ao fenômeno da fome. Mesclando ficção e realidade, Josué revelou parte significativa de sua própria vida no seu romance *Homens e caranguejos*

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

(1967). No início do romance, Josué afirma que a temática do livro é a história da descoberta da fome nos seus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde o autor conviveu com os afogados *naquele mar de miséria*, habitantes dos mangues do Capibaribe.

Foi com estas sombrias imagens dos mangues e da lama que comecei a criar o mundo da minha infância. Nada eu via que não me provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome (Castro, 2003, p. 4).

O livro *Homens e caranguejos* descreve a paisagem dos mangues, caranguejos e mocambos na infância de um menino na cidade do Recife. O romance desvenda ainda, através de papos e causos relembrados e contados por amigos e familiares, questões que para Josué eram essenciais para a manutenção da fome: um processo de modernização mal conduzido e a permanência do latifúndio e da monocultura. As desigualdades sociais são expressas na imagem de uma cidade que se modernizava e se dividia ao mesmo tempo. Nela, perpetuava-se o contraste entre o lado dos ricos e o lado dos pobres. Neste último, os mangues e alagados eram tomados por mocambos construídos por uma população que só ali encontra a terra da promissão o paraíso dos caranguejos.

O romance *Homens e caranguejos*, além de ser um relato autobiográfico, especialmente sobre a infância de Josué, pode também ser considerado parte significativa de *Geografia da fome* contada de forma literária. No romance constam as dificuldades de subsistência das populações do Sertão e da Amazônia ao conviverem com o monopólio e com a monocultura, uma realidade expressa em um ambiente urbano que também opriime as populações migrantes frente às desigualdades sociais oriundas de uma modernização perversa.

Após formar-se em medicina (1929), Josué morou em Recife até 1935, este período correspondeu ao contexto intelectual de emergência

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

dos escritores da chamada literatura social nordestina. O acervo de Josué revela as fecundas amizades e trocas de ideias e de opiniões com esses escritores. Pode-se destacar os artigos de Josué sobre o romance social nordestino, o prefácio ao livro de José Américo de Almeida, *A Paraíba e seus problemas*, a crítica ao livro *Moleque Ricardo* de José Lins do Rego, as correspondências recebidas e emitidas com Jorge Amado, a crítica de Raquel de Queiroz ao livro *Geografia da Fome*, entre outras referências. As aproximações de Josué com os romancistas sociais nordestinos, chamados de *Geração de 30*, contribuíram para que o autor aprimorasse o desvendamento das desigualdades sociais, a problemática do latifúndio e da monocultura e o processo perverso de modernização para os trabalhadores no meio rural e urbano. Observam-se, assim, as incidências em seu pensamento de ideais dos modernistas, especialmente da fase que predomina o projeto *ideológico*⁴, destacando-se os intelectuais e romancistas sociais nordestinos.

No início da década de 1930, a experiência de Josué em uma clínica, onde atendia clientes ricos e obesos, passou a chocar com a experiência que teve em 1932 em uma fábrica onde operários pobres recebiam salários insuficientes para suprir as necessidades alimentares. Foi demitido ao tentar provar que as doenças por que passavam os empregados da fábrica eram oriundas dos baixos salários. O trabalho na fábrica deixou o médico recém-formado angustiado frente ao tratamento paliativo dos doentes exigido pelo diretor da mesma. Este acusava seus empregados de preguiçosos por não apresentarem uma doença definida. A partir daí, Josué enriqueceu sua percepção de que o fenômeno da fome não é ape-

⁴ Lafetá (2000) analisa as duas fases que compõem o Modernismo no Brasil. Na primeira (1922-1930) predomina o projeto estético, ligado às modificações na linguagem (renovação dos meios, ruptura da linguagem tradicional). Na segunda (1930-1945) predomina o projeto *ideológico* (consciência do país, desejo e busca de uma expressão artística nacional, caráter de classe de suas atitudes e produções, função da literatura, papel do escritor, ligações da ideologia com a arte).

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

nas biológico, mas também social e econômico. Sua experiência como médico nesta fábrica é retratada em um de seus contos escritos na década de 1930, *Assistência Social*, através do personagem Dr. Félix. Esta nova compreensão sobre a fome é demonstrada em uma pesquisa realizada em 1932, que desvenda as condições de vida das classes operárias em Pernambuco, trabalho desenvolvido através do Departamento de Saúde do Estado, posteriormente publicado em forma de ensaio, *As condições de vida das classes operárias do Recife*.

Nesse período, Josué de Castro, ao lado de outras personalidades, como Nelson Chaves e Gilberto Freyre contribuiu para a emergência do campo da Nutrição em Pernambuco. (Vasconcelos, 2001). Os autores compartilhavam de uma matriz ideológica que visava a construção da nacionalidade. Eles pretendiam desfazer os mitos em torno dos preconceitos raciais e climáticos, como na célebre frase de Castro de que “o mal do povo brasileiro não é de raça e sim de fome”. Porém, apesar das semelhanças, os autores apresentavam também fortes divergências. Apesar dos três autores identificarem-se por meio do quadro de miséria social do Nordeste brasileiro como cenário por eles analisado, as ideias desses pensadores apresentavam divergências, especialmente sobre as condições de vida, alimentação e habitação nos tempos da Casa Grande.

Foi na década de 1930, antes mesmo de publicar *Geografia da fome*, que Josué passou a destacar o sistema colonial baseado na monocultura da cana-de-açúcar e no latifúndio como causas principais da alimentação defeituosa. *E, senhor de engenho ou mineiro, descuida o colonizador, por completo, a sua alimentação, donde o rebaixamento do padrão alimentar do Brasil.* (Castro, 1937a, p. 127).

Neste contexto, o Brasil passava por um desordenado processo de urbanização que aprofundava a crise alimentar. Na década de 1940, Josué passou a atuar, assim como diversos outros intelectuais, no governo

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

de Getúlio Vargas. Primeiro, ele assumiu o cargo de diretor do Serviço de Alimentação e de Previdência Social (SAPS). Entre as ações do SAPS destacam-se a criação de restaurantes populares, o fornecimento de alimentos por alguns empregadores e a participação na educação alimentar. Josué foi também um dos fundadores e presidente Sociedade Brasileira de Nutrição por dois anos. Esta sociedade buscava colaborar com o Estado na execução de políticas públicas e promover estudos e pesquisas que tratassesem da alimentação como uma questão social. Vários países da América Latina o convidaram para colaborar com a elaboração de projetos para a alimentação.

Na década de 1940, em plena crise de abastecimento, quando a questão alimentar passa a ter prioridade nas preocupações do governo diante de uma economia desorganizada no período da II Guerra Mundial, Josué assumiu a direção do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) e do Instituto Técnico de Alimentação. O STAN realizou pesquisas e experimentos na área de tecnologia alimentar e publicou, a partir de 1944, o periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Em 1945, o STAN foi substituído pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e esta também passou a ser dirigida por Josué. Era um órgão do Conselho Federal de Comércio Exterior que tratava de dar um caráter mais permanente às atividades iniciadas pelo STAN: educação alimentar e assistência à indústria nacional de alimentos.⁵

No ano da publicação do seu principal livro, Josué participou da fundação e tornou-se o primeiro diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil.⁶ Em 1948, efetivou-se como professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, através de concurso para

⁵ Um importante trabalho que aborda as políticas de alimentação neste período é o de Castro (1977).

⁶ Atual Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

a cátedra de Geografia Humana, defendendo a tese *Fatores de localização da cidade do Recife*.

O contexto internacional também revela incidências sobre *Geografia da Fome*. Segundo Castro (1967, p. 19), *Geografia da fome* revela-se como um documentário de uma era de calamidades,

[...] foi pensada e escrita sob a influência psicológica da pesada atmosfera que o mundo vem respirando nos últimos vinte anos. Atmosfera abafada pela fumaceira das bombas e dos canhões, pela pressão das censuras políticas, pelos gritos de terror e de revolta dos povos oprimidos e pelos gemidos dos vencidos e aniquilados pela fome. (Castro, 1967, p. 19).

A guerra, a revolução, a fome e a peste constituíam aquela era de calamidades. Devemos confessar honestamente que não nos foi possível fugir na elaboração do nosso trabalho a tão dominadora influência. (Castro, 1967, p. 19).

O objetivo do livro é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas.

O que tentaremos mostrar é que, mesmo quando se trata da pressão modeladora de fórcas econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante. (Castro, 1967, p. 20).

Ao buscar desvendar as causas da fome no país, Josué relacionou-as em *Geografia da fome* (1946) com as estruturas sociais e econômicas do país. O autor instigava, já na década de 1940, a necessidade de projetos direcionados à problemática da alimentação. Em seu plano de política alimentar e agrícola, o aumento da produção de alimentos seria correlato aos investimentos na “poli-agricultura” nas pequenas propriedades e ao combate ao latifúndio e à monocultura. Esta correlação compreende uma das maiores singularida-

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

des da trajetória intelectual do autor: o seu empenho em colocar a reforma agrária, o incentivo à agricultura de sustentação e a questão alimentar como prioridades indissociáveis da agenda política da época.

2 A questão alimentar em *Geografia da Fome*

Em uma minuciosa análise das cinco áreas alimentares do Brasil Josué de Castro mapeia em *Geografia da fome* (1946) aspectos fundamentais da realidade brasileira, revelando os diversos quadros de fome no país. Desses áreas, três são por ele consideradas nitidamente áreas de fome e é nelas que o autor prioriza sua análise: a Área Amazônica, Área do Norte Açucareiro e a do Sertão Nordestino. A construção do texto é repleta de interconexões entre os temas desenvolvidos por Josué e aqueles presentes nos escritos e debates literários e sociais da época.

Em *Geografia da fome*, Josué de Castro aprimora e condensa suas ideias, anteriormente dispersas, sobre a inter-relação entre fome e alguns dos pilares do processo de colonização como a monocultura e o latifúndio, assim como destaca a importância da agricultura de sustentação na ampliação das possibilidades alimentares em diferentes regiões. A agricultura de sustentação desenvolvida especialmente nos quilombos e no Sertão do Nordeste apresenta-se na obra de Josué em oposição aos monocultivos praticados no Norte Açucareiro. O autor opõe dois regimes alimentares, destacando as deficiências alimentares desta última Região. A oposição entre esses espaços geográficos encontra-se expressa predominantemente em dois modos de produção e de vida distintos: policultura x monocultura; trabalho familiar x trabalho assalariado; agricultura de subsistência x agricultura mercantil; preservação x degradação ambiental; fome epidêmica x fome endêmica.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

Antes de publicar *Geografia da fome*, no ano de 1945, Josué publica uma espécie de síntese desse livro, antecipando parte essencial de suas ideias em um artigo publicado na Revista América Indígena. Nele, o autor analisa que os recursos alimentares defeituosos no Brasil decorrem de uma estrutura econômico-social que sempre trabalhou num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas. Apesar dos primeiros colonizadores trazerem a tradição da policultura e de um bom regime alimentar, estas tradições não foram mantidas em decorrência do desenvolvimento da monocultura mercantil sob o alicerce do latifúndio.

Os colonizadores portuguêses preocupados pela ambição de enriquecer depressa, de fazerem-se donos da terra, do seu ouro e de seus tesouros, em lugar de continuarem na colónia a rotina do cultivo de plantas de sustentação que lhe forneceriam recursos de uma alimentação completa, lançaram-se com furor, ou na monocultura do açúcar, ouro branco, que exportado, lhe proporcionava lucros fabulosos, ou na busca direta do ouro, oculto nos filões da terra. E nestes misteres mercantis abandonaram por completo sua tradição de poliagricultura e rebaixaram, deste modo, o seu padrão alimentar. (Castro, 1945, p.192).

Nesse artigo, Josué já analisa a importância da agricultura de sustentação no combate à fome e os limites impostos para o seu desenvolvimento decorrentes de um processo de colonização. No ano seguinte, ao publicar *Geografia da fome*, Josué reafirma essas ideias, destacando que a policultura foi praticamente abandonada pelo furor da monocultura. As roças e as plantações de laranja, de manga, de fruta-pão foram abandonadas à sua sorte ou apenas limitadas aos pequenos pomares em torno das casas grandes dos engenhos, para regalo exclusivo da família branca do senhor. (Castro, 1946, p. 110).

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

Josué de Castro contribui para as análises que emergiam frente a uma das principais preocupações que moviam parte significativa dos intelectuais: interpretar a realidade nacional, o passado e o presente, e colaborar no projeto de construção de uma nação moderna. Ideias que contribuíram para delinear o pensamento de Josué, expresso em ações, projetos e embates políticos que visavam o desenvolvimento da “agricultura de sustentação” e posteriormente, para a sua efetivação, a reforma agrária como imperativo nacional. Destacam-se ainda as contribuições daquele contexto no repúdio, por parte do autor, a alguns estereótipos em relação ao Nordeste, como o de região naturalmente problemática, repercutindo posteriormente na atuação política de Josué em prol de uma mudança nas estruturas agrárias nordestinas.

Josué afirma ser a fome uma expressão de questões econômicas e sociais, entre elas, a estrutura agrária tradicional, oriunda do processo de colonização. A pobreza e a miséria no país foram agravadas, na acepção do autor, com o processo de urbanização que não modificou a alta concentração de terra e de riquezas. Josué contribui, assim, para quebrar preconceitos de raça e de clima em relação às causas da fome. A crítica do autor refere-se a um tipo de economia mercantil baseada na exportação de matérias-primas e produtos tropicais que contribuiu para a expansão comercial da Europa e posteriormente dos Estados Unidos, e na importação de produtos acabados, comprados a preços bem superiores.

A fome seria assim consequência de uma economia cujo fim não era o homem e suas necessidades, mas a busca do lucro em ciclos sucessivos de economia destrutiva. Diversos foram os ciclos históricos que marcaram a economia do país:

O do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da ‘lavoura nômade’ do café, o da extração da borracha e, finalmente, o da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação (Castro, 1946, p. 292).

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

No contexto em que Josué publica *Geografia da fome* emergiam, no âmbito do governo, propostas e ideias pertinentes à estratégia conservadora de modernização no campo, incutida tanto nos discursos quanto nas práticas políticas que visavam tomar medidas corretivas para sanar determinados problemas no setor agrícola e evitar assim uma mudança na estrutura agrária.⁷ Mudar, inovar no plano técnico, instrumental e científico sem que as bases da estrutura agrária fossem abaladas, conservando-se o que para Josué representava um dos maiores empecilhos no combate à fome no país.

A ideia de mudar o país com o intuito de se construir uma nação moderna acentuou-se a partir da década de 1930, sob a perspectiva de que a Revolução possibilitaria ao país “entrar no ritmo da história”. A partir daí, surgiram as principais interpretações do Brasil moderno: o capitalismo nacional, a industrialização, o planejamento governamental, a reforma do sistema de ensino, a reforma agrária, a institucionalização de garantias democráticas, a superação da preguiça pelo trabalho entre outras. (Ianni, 2004, p. 32). Porém, a mudança pretendida por determinados atores nem sempre almejou um aperfeiçoamento das condições sociais, econômicas e políticas. A mudança pode representar uma das máximas do pensamento conservador: “mudar para permanecer como está”. Octávio Ianni ao se referir às ideias de Brasil moderno assinala que apesar desta proposição estar presente nos escritos de vários autores,

[...] não se trata de imaginar que todos pretendem o futuro, ou o presente aperfeiçoadão. São múltiplas e contraditórias as interpretações e diretrizes de uns e outros. Trata-se de um amplo leque, no qual se encontra inclusive os que preferem

⁷ Em 1947, é lançado por iniciativa do governo, em especial do Ministério da Agricultura e de seu Ministro Daniel de Carvalho, o projeto de Reforma Agrária. Este projeto apresenta-se de forma a amenizar a radicalidade em torno distribuição de terras propostas três meses antes no projeto pioneiro de Nestor Duarte, o qual abre a discussão sobre o tema no Congresso.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

corrigir o presente pelos parâmetros passados, preconizando a modernização conservadora. (Ianni, 2004, p. 30).

A ideia de mudar para permanecer como está parece ter predominado, já nas décadas de 1930 e 1940, no que se refere à fundamentação ideológica das ações políticas em torno da modernização agrícola. Mudar, inovar no plano técnico, instrumental e científico sem que as bases da estrutura agrária fossem abaladas. A estratégia conservadora de “progresso” incutida tanto nos discursos quanto nas práticas políticas visava tomar medidas corretivas para sanar determinados problemas no setor agrícola e evitar assim uma mudança na estrutura agrária.

As proposições de Josué de Castro encontravam-se inseridas nas discussões daquela época que visavam uma solução para a problemática da alimentação, agravada com o processo de urbanização. O período é marcado por um clima de preocupação política frente à amplitude e ao aprofundamento da crise alimentar que o país enfrentava. Josué realiza severas críticas ao processo de industrialização e aponta para a necessidade de se buscar um desenvolvimento equilibrado entre indústria e agricultura.

Quando Josué ressalta o abandono das atividades agrícolas, refere-se aos incentivos a uma política de industrialização sem o correlato aumento na produção de alimentos. Através de dados estatísticos demonstra que naqueles últimos quinze anos houvera um aumento de apenas 25% na produção de alimentos e, por outro lado, um aumento de cerca de 400% na produção de matérias-primas para a indústria. Tal fato teria contribuído para o agravamento da situação alimentar no país. Josué ressalta a importância de se incrementar a produção por meio da ampliação das possibilidades para o desenvolvimento da agricultura intensiva de subsistência⁸ que seria, segundo o autor, capaz de matar a fome do povo. (Cas-

⁸ Quando o autor se referia a agricultura intensiva de subsistência, opunha-a à agricultura extensiva, ao monocultivo de alguns produtos para exportação.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

tro, 1946). Para agir sobre a alarmante situação que o país vivia em termos de alimentação, Josué alerta para que as elites dirigentes, o governo, as classes intelectuais e produtivas encarem o problema em suas devidas proporções e propõe que se formule um plano sistematizado de política alimentar, para o qual, destaca como urgente o incremento da produção através das seguintes medidas:

- a) Combate ao latifundiarismo, principalmente nas continências em que grandes extensões de terra permanecem improdutivas; b) Combate à monocultura em largas extensões sem zonas de abastecimento alimentar dos grupos humanos utilizados no monocultivo; c) Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação; d) Intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de poli-agricultura, nas pequenas propriedades, limitando-se tanto quanto possível, a produção especializada intensiva de um só produto; e) Mecanização intensiva de nossa lavoura, da qual dependem os desafios produtivos de toda nossa economia agrícola; f) Controle e orientação da produção total, tendo como primeira etapa a satisfação das necessidades alimentares mínimas de nosso povo, como segunda etapa, a satisfação de suas necessidades ótimas e como terceira etapa, a exportação de substâncias alimentares para cooperação com a política internacional de alimentação; g) Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura assim como garantia da produção, pela fixação do preço mínimo compensador, procedendo-se de outra parte à progressiva diminuição, senão absoluta isenção, de impostos da terra, destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação; h) Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares desde que se estabeleça em base de sadia cooperação dos interesses de produtores e consumidores. (Castro, 1946, p. 302-303).

Josué propõe um combate ao latifúndio e à monocultura e sugere o incentivo à policultura por meio de uma modernização intensiva,

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

que viria satisfazer as necessidades alimentares do povo, diferentemente, portanto, daquela implantada nas grandes propriedades monocultoras. Propõe ainda o incentivo ao cooperativismo e ao cultivo dos produtos de sustentação por meio da isenção de impostos. Medidas estas visualizadas pelo autor como uma saída para a crise alimentar do país.

A partir do processo de redemocratização do país e após a publicação de *Geografia da fome*, políticos e intelectuais passam a questionar a prosperidade industrial do país. Esta não seria artificial ou ilusória? O desenvolvimento industrial não estaria ocorrendo à custa do aviltamento da agricultura? Nesse contexto, as ideias de Josué são em parte acolhidas pelo Governo, pelo menos no que se refere à análise da problemática alimentar no país e na constatação da urgência de se traçar políticas direcionadas à solução da crise. Porém, em termos práticos, as propostas do governo Dutra divergem daquelas que visavam uma mudança na estrutura agrária do país, como as sugeridas por Josué de Castro e por outros intelectuais, como Nestor Duarte, que, em 1947, introduziu o tema da reforma agrária no plenário da Câmara dos Deputados.

A partir de uma interpretação sócio-histórica da realidade brasileira e inspirado na ética da aventura, de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, Josué analisa o processo em curso no país como um “novo”, porém, contínuo espírito aventureiro de busca de riqueza, notoriedade e prosperidade sem custo. Este espírito teria contribuído para o sistema de geração de riqueza baseado no latifúndio e na mão-de-obra escrava e, novamente, segundo Josué, estaria direcionando a política de industrialização no país em moldes produtivistas e, dessa vez, urbanos⁹.

⁹ A crítica de Josué ao modelo industrial de desenvolvimento nacional apresentava-se ainda mais acentuada em edições posteriores de *Geografia da fome*, quando o autor acrescenta ao livro o seguinte subtítulo: *O dilema entre o pão e o aço*.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

No artigo publicado em *América Indígena*, no ano de 1945, Josué já analisa que o processo de urbanização, o nascimento das grandes cidades, a predominância das atividades urbanas sobre as rurais e o consequente abandono relativo da vida do campo criaram graves dificuldades. Entre elas a concentração das populações nas profissões de operários industriais, de pequenos funcionários e de comerciantes, todos vivendo de salários insuficientes para as suas necessidades básicas de vida, das quais a mais prejudicada é a alimentação. (Castro, 1945). As consequências do processo de industrialização e modernização no meio rural do Nordeste, apontadas por Caio Prado Jr, em *História Econômica do Brasil* (1945), são também fonte para a análise que Josué realiza em *Geografia da fome*. A partir de fins do século XIX, com os engenhos centrais e posteriormente com as usinas, as transformações geradas com o processo de industrialização do açúcar agravaram a concentração de terras e as condições de alimentação nesta região.

Josué analisa que no processo de industrialização em curso no Brasil persistia a fome, a miséria, a desigualdade e a problemática agrária. As causas da persistência desses problemas encontram-se, na percepção de Josué, na falta de incentivos ao desenvolvimento de uma economia que atendesse as necessidades elementares do homem, especialmente as alimentares. A história do país é marcada por ciclos sucessivos de economia destrutiva, cujos fins não eram o homem e suas necessidades. A busca incessante do lucro em históricos ciclos econômicos que dificultaram o desenvolvimento da agricultura de sustentação produziu e reproduziu as desigualdades e a fome em diferentes regiões do país.

3 Agricultura de Sustentação nos quilombos e no Sertão

Josué de Castro revela-se em *Geografia da fome* como um aparador de modos de vida e de trabalho que tem como base a agricultura de sustentação enquanto elemento vital na ampliação das possibilidades alimentares, especialmente quando analisa a agricultura nos quilombos e no Sertão. Aparador no sentido de segurar e apreender no plano teórico e político o reconhecimento dessa agricultura enquanto um elemento importante de nossa formação sócio-histórica. É a partir desse reconhecimento que o autor elabora um plano de política alimentar e agrícola que tem como base a agricultura de sustentação e o combate ao latifúndio e à monocultura.

No artigo publicado em 1945, Josué destaca a relevância dos cultivos dos negros na alimentação brasileira. Trazendo da África uma boa tradição agrícola, o negro foi a *força criadora de nossa agricultura e contribuiu para que os nossos recursos alimentares não se tornassem ainda mais exígios*. (Castro, 1945, p. 192). Josué deixa transparecer o que concebe como *boa tradição agrícola* ou simplesmente *agricultura*. O autor valoriza na formação sócio-histórica do país a agricultura de sustentação, ou seja, a que contribuiu para uma ampliação de nossas possibilidades alimentares.

A importância do negro e de sua agricultura de sustentação aparece no pensamento de Josué por influência de uma perspectiva, emergente no país a partir da década de 1930 com os trabalhos de Gilberto Freyre e Arthur Ramos, de reconhecimento da importância do negro e das raízes culturais africanas na formação social do país. Além da preocupação de desmistificar preconceitos raciais, no caso do negro, Josué abrange também o modo de vida e de cultivo dessas populações: a agricultura de sustentação. Esta foi limitada por uma estrutura econômica e social historicamente marcada pela opressão do latifúndio e da monocultura.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

Como povo de tradição agrícola, de tipo de agricultura de sustentação, o negro reagia contra a monocultura, de forma mais produtiva do que o índio. Desobedecendo as ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata-doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região. Que o negro nunca perdeu esse instinto policultor, esse amor à terra e às plantações, apesar da brutalidade com que fora arrastado de sua terra, com todas suas raízes culturais violentamente arrancadas. (Castro, 1946, 114).

Estes roçados baseados na policultura, tão benéficos para as condições alimentares da região, foram em diversas ocasiões violentamente destruídos por um sistema econômico e opressor que não impunha limites às ações. Para a análise desta questão, Josué baseia-se no livro *República dos Palmares* de Edson Carneiro, publicado em 1946. No prefácio de *Geografia da fome* Josué faz um agradecimento especial ao autor por ter emprestado, na época, os originais do livro:

A Edson Carneiro, sério estudioso dos problemas negros no Brasil, pela amabilidade que teve de nos emprestar os originais do seu livro ainda inédito sobre os Palmares, pondo ao nosso alcance informações de primeira ordem sobre a agricultura dos negros fugitivos dos engenhos do Nordeste e acantonados nos quilombos. (Castro, 1967, p. 31).

Ambos os autores compartilhavam um clima intelectual emergente no Nordeste. Assim como Josué que fez parte de um grupo de rebelados que contestavam a fase contemplativa da literatura no Recife na década de 1930, Edson Carneiro foi um dos autores “rebeldes” de seu tempo. Carneiro fez parte da Academia dos Rebeldes, formada por outros escritores como Pinheiro Viegas, Jorge Amado, Sosígenes Costa, Áydano Ferraz, Guilherme Dias Gomes, João Alves Ribeiro, Walter da Silveira, Da Costa Andrade, De Souza Aguiar e Clóvis Amorim. Os cafés do então centro da

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

cidade de Salvador eram pontos de encontro deste grupo que, em meio ao contexto de uma Bahia conservadora, veio a representar a modernidade estética local, movido pela inquietação de inovar a literatura baiana. A riqueza da experiência desse grupo atesta o vigor de uma geração que irrompe de modo transgressor, questionando os códigos estéticos de uma época, como afirma Soares (2005). No intuito de inovar a literatura, apontam a necessidade de uma literatura brasileira, buscando conhecer e preservar a tradição popular local, desqualificada e marginalizada pela elite branca da Bahia, sem perderem de vista as questões sociais que emergiam na época. (Soares, 2005, p. 22).

A partir de Edson Carneiro, Josué de Castro observa, além da organização econômico-social dos quilombos, em especial dos Palmares, a brutalidade com que o negro fora arrastado de suas terras, com todas as suas raízes culturais arrancadas. Em *República dos Palmares*, Carneiro afirma ser o movimento de fuga para os quilombos uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo representava uma reafirmação da cultura e dos estilos de vida africanos.¹⁰

Na concepção de Carneiro, a regra no quilombo era a pequena propriedade e a policultura em torno de vários mocambos, um sistema onde predominava a posse útil da terra.

Do ponto de vista aqui considerado, se, por um lado, os negros tiveram de adaptar-se às novas condições ambientais, por outro lado o quilombo constituiu, certamente, uma

¹⁰ O livro de Edson Carneiro revela a importância da policultura praticada pelos negros nos quilombos, no entanto, a real força da escravidão na sociedade colonial era tamanha que a escravidão penetrava em todas as classes e em todos os lugares, inclusive os próprios escravos libertos adquiriam escravos. (Carvalho, 2007, p. 20).

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

lição de aproveitamento da terra, tanto pela pequena propriedade como pela policultura, ambas desconhecidas da sociedade oficial. (Carneiro, 1958, p. 25).¹¹

Edson Carneiro exerce uma influência marcante no pensamento de Josué ao demonstrar a importância do movimento negro na luta contra a monocultura e no desenvolvimento de um regime de policultura, uma das principais atividades dos negros nos quilombos. Cultivavam milho, batata-doce, feijão, mandioca, bananas (pacovas) e outras plantas alimentares. (Castro, 1946, p. 135). Nessa agricultura, ajustavam-se os recursos naturais às necessidades do homem. Roçados que sujavam o verde monótono dos canaviais, salvando a monotonia alimentar na região.

O apego dos negros por seus cultivos de subsistência era tão grande que o ex-governador João de Souza, em parecer de 1687, dizia que a experiência demonstrara que “o mais sensível mal” que os negros sofriam era a destruição de suas lavouras, não logrando no verão os frutos que lançam a terra no inverno. Foram inúmeras as expedições baseadas estratégicamente na destruição prévia dos roçados de subsistência. Foi assim que, segundo Josué de Castro, a ação restauradora do negro foi limitada, não adquirindo uma consistência e extensão capazes de atuar decisivamente na economia do país. (Castro, 1946)

Na análise de Josué, os negros contribuíram para a ampliação da policultura, amenizando os efeitos maléficos da monocultura na alimentação. Esse reconhecimento do papel da agricultura de sustentação ocorre em um contexto em que também se faziam presentes argumentações sobre o atraso da agricultura brasileira. Este era atribuído por alguns autores, como Daniel de Carvalho¹², à dificuldade de adaptação dos lavra-

¹¹ A edição aqui consultada é a segunda, na qual o título passa a ser *O quilombo dos Palmares*, porém, nela constam todas as citações utilizadas por Josué de Castro, referentes à primeira edição.

¹² Ministro da Agricultura no Governo de Eurico Gaspar Dutra e um dos principais idealizadores do projeto de reforma agrária daquele Governo.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

dores aos métodos e técnicas modernos. Tal dificuldade era conferida a históricos processos “primitivos” e empíricos de exploração da terra que se constituíam em métodos extractivos destruidores da fertilidade do solo, tornando-o pobre e infértil. Não é fácil vencer a rotina multi-secular, a agricultura do fogo herdada dos índios e a resignação do jeca diante da terra cansada e cheia de formigueiros ou cupins. (Carvalho, 1949, p. 48). Além dos índios e dos jecas, Carvalho atribui também ao negro o uso irracional dos solos. Em um discurso proferido como paraninfo na Escola Superior de Agricultura de Viçosa em 15 de novembro de 1950, Carvalho destaca o papel do agrônomo diante da necessidade de se transformar os processos empíricos de exploração da terra em “verdadeira agricultura”.

Diante das aras deste rito sagrado, acabeis de receber a investidura para uma nova cruzada a que me referi no princípio desta oração [...]. Partis para a missão de redimir a terra santa do Brasil que os processos pré-colombianos, o fogo e o nomadismo dos índios, o sangue e as abusões dos negros, os erros seculares da cobiça e da ignorância poluíram, degradaram e esterelizaram em largas extensões.

Tereis de purificá-la com o trabalho de vossas mãos e de vossa inteligência, regá-la com o suor do vosso corpo vergado no volante das máquinas e regenerá-la com os métodos científicos aqui aprendidos ou que descobrirdes em vossas pesquisas. (Carvalho, 1953, p. 242).

Para Carvalho, o problema brasileiro é essencialmente um problema de produção e de adaptação aos avanços da modernização. Cumpriria ao governo, aos técnicos e aos cultivadores voltar-se para o trato “nobilitante” da terra, regenerando-a com métodos científicos. A destruição do solo que Josué atribui com primazia ao elemento colonizador, à monocultura e ao latifúndio, Daniel de Carvalho avalia que ela é resultado dos processos “primitivos” de exploração adotados por índios, jecas e negros. Josué desfaz alguns desses preconceitos e se posiciona favorável a estas formas de cultivo tidas como “primitivas” afirmando serem os negros os respon-

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

sáveis pelos elementos mais ricos da culinária brasileira, bem como pela adoção de uma agricultura de sustentação.

As possibilidades alimentares geradas a partir dos quilombos contrastam com as condições de vida nas demais áreas do Norte Açucareiro. Josué analisa que em regiões onde se destaca o sistema monocultor e latifundiário, os regimes alimentares e as condições de vida em geral da população são precários. A partir dos estudos de Pierre Monbeig¹³ e dos escritos literários de Jorge Amado, Josué compara a região da cana-de-açúcar com a monocultura do cacau no Sul da Bahia. A região do cacau também se caracterizava pela quase ausência de outros recursos alimentares. Os baixos salários eram pagos, na maior parte, sob a forma de gêneros alimentícios a preços bem mais altos do que nas cidades da região. Observa-se em seu pensamento a importância dos escritos literários de Jorge Amado que retratam a região, como no livro *Cacau*, publicado em 1933, no qual o autor descreve as condições de vida dos trabalhadores.

A agricultura de sustentação presente no Sertão é também ressaltada por Josué. O autor argumenta que no Nordeste Açucareiro a fome é permanente, endêmica, enquanto no Sertão nordestino ela decorre de fatores climáticos, sendo epidêmica. Seus estudos e comparações regionais, em *Geografia da fome*, destacam que em períodos não assolados pela seca, o Sertão oferece melhores condições de alimentação que a região da monocultura da cana-de-açúcar. Este argumento contribui para desnaturalizar as causas da fome, revelando que ela é antes uma expressão de questões econômicas e sociais que simplesmente uma consequência das secas. Esta compreensão emerge de uma análise minuciosa desenvolvida pelo autor sobre a agricultura de sustentação praticada pelo sertanejo em

¹³ Colonisation, peuplement et plantation de cacaos dans le sud de l'Etat de Bahia, extrait des *Annales de Géographie*, jan. 1936.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

períodos de clima normal. Seus estudos baseiam-se nas pesquisas etnográficas de Luís da Câmara Cascudo e nos escritos sociais nordestinos de Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e José Américo de Almeida.

Antes mesmo de *Geografia da fome* Josué já afirma que é um erro falar de uma alimentação geral no Nordeste.

Há pelo menos trez typos bem diferenciados de alimentação nesta zona do Brasil. Infelizmente todos deficitários, sendo o melhorzinho, o typo de alimentação do sertanejo. Entre a alimentação da zona da matta e da área urbana das capitaes é difícil precisar qual o peior. (Castro, 1937b).

No artigo publicado em *América Indígena*, no ano de 1945, o autor analisa que as populações pastoris desta região não se extremaram na pecuária a ponto de desdenharem as atividades agrícolas como acontece em outras regiões do mundo. Para completar seus recursos alimentares elas realizam, principalmente nas terras mais férteis e nas mais úmidas ou por processos de irrigação, o cultivo de vários produtos de subsistência.

De fato, á exceção do algodão, tôda a agricultura desta área é de alimentos para consumo local: milho, feijão, favas, batata-doce, melancias, abóboras etc. O sertão do Nordeste se apresenta, assim, como uma espécie de ilha econômica. Idêntica aos Oasis africanos do Saara, onde os berberes desenvolveram um cultivo intensivo de sustentação para o seu auto-abastecimento. Exclusivamente á base desses seus recursos agro-pecuários, se constituiu no sertão nordestino um tipo regional bem definido de alimentação [...]. (Castro, 1945, p. 200).

O polígono das secas tem como alimento básico o milho, porém, na compreensão de Josué, esta região constitui uma exceção em relação às outras áreas de milho do mundo, caracterizadas como áreas de miséria alimentar. Nesta percepção, caso o Sertão não estivesse exposto à fatalidade climática das secas, ele não seria uma das áreas de fome do continente americano. Apesar de sofrer de crises de fome periódica, o

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

sertanejo nordestino apresenta, na análise de Josué, um estado de nutrição relativamente bom, sendo as crises de fome agudas menos graves para as coletividades do que a subnutrição crônica e permanente, como aquela apresentada na região da cana-de-açúcar. Com base nos fundamentos analíticos de José Américo de Almeida no seu livro *A Paraíba e seus problemas*, Josué valoriza as potencialidades da região, desmisticificando algumas causas da problemática nordestina.

Nas outras duas áreas de fome no país, o Norte Açucareiro e a Amazônica, predominou uma economia cujo fim não era o homem e suas necessidades, mas a busca do lucro em ciclos sucessivos de economia destrutiva, fundamentados no latifúndio e/ou na monocultura. Segundo Josué, no Sertão, foi o espírito de aventura e a ambição do ouro e das pedras preciosas que levaram os primeiros aventureiros a terras tão distantes do litoral. Porém, a inexistência das minas no Sertão nordestino e a pouca serventia das suas terras para uma agricultura de grande rendimento, como se praticava na Zona da Mata, cedo se desviou a atividade do colono sertanejo para a pecuária. (Castro, 1946, p. 194-195).

O sertanejo não se dedicou a uma atividade exclusiva que seria extremamente nociva à sua vida econômica, numa saudável atuação colonizadora, afirma Josué, ele tornou-se vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo. Não encontrando na Zona da Mata, para onde enviara a maior parte dos seus bois, possibilidades de abastecimento adequado e seguro para suas necessidades alimentares, e sendo distantes e difíceis os caminhos noutra direção, ele teve de se dedicar um pouco ao plantio de certos gêneros de sustentação para o seu auto-abastecimento.

Não se constituiu o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vasante, como culturas de hortas e jardins. Pequenas boladas de verdura que os senhores de engenho do brejo, plantadores de extensíssimos canaviais sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a este tipo de policultura do sertanejo, de “roça de matuto”. Roças de matuto diante das quais o homem do açúcar torcia o nariz de grande senhor agrário, e que, no entanto, vieram a constituir um magnífico elemento de valorização das condições de vida regional, de diversificação do regime alimentar do sertanejo, bem superior em épocas normais ao da área da cana. (Castro, 1946, p. 198-199).

Para chegar a estas conclusões sobre a alimentação no Sertão, Josué reportou-se, além de suas próprias observações em viagens ao interior do Nordeste, à etnologia de Luís da Câmara Cascudo, aos escritos de Fernão Cardim e Antonil e aos inquéritos alimentares realizados na região: o de Orlando Parahim, em 1939, no município de Salgueiro, no alto Sertão de Pernambuco; o de José Guimarães Duque, realizado em 1936, entre famílias do posto agrícola de São Gonçalo; e o de Trajano Pires da Nóbrega, que estudou em 1941 as condições econômico-sociais dos municípios de Itaparica e Floresta, às margens do São Francisco.

Por meio da criação de gado e da agricultura de sustentação bem como dos recursos escassos do meio ambiente, como a caça e a pesca, o sertanejo criou uma alimentação sóbria, porém, bem equilibrada. No mapa alimentar do Sertão, traçado em *Geografia da fome*, o autor destaca, além do milho e do leite, a carne, o feijão, a farinha, a batata-doce, o inhame, a rapadura e o café. As frutas são escassas nessa região. Diante da ameaça de secas periódicas, o sertanejo não se anima com a pomicultura. Apesar do solo e do clima não serem obstáculos a esse gênero de agricultura, as perdas são maiores pelo fato de estas plantas levarem longos anos para se desenvolverem. Assim, são preferíveis, para o sertanejo, as culturas de colheita rápida, como o milho, o feijão e a mandioca. Sem

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

cultivo de plantas frutíferas, resta-lhe o recurso das frutas silvestres – do umbu, do piqui, do quibá, da cajarana e da quixaba.

A análise sobre a importância da agricultura de sustentação praticada pelo sertanejo para a alimentação equilibrada da região em períodos de clima normal é também fundamentada nos estudos etnográficos de Luís da Câmara Cascudo. Josué destaca que, com chuvas regulares, o sertanejo vive mesmo uma época de abundância e fartura, expressa nos versos cantados pela musa sertaneja, pesquisados por Luís da Câmara Cascudo:

A vida sertaneja¹⁴

*Quando o inverno é constante
O sertão é terra santa;
Quem vive da agricultura
Tem muito tudo que planta.
A fartura e boa safra,
Todo pobre pinta manta.*

*Dá milho, feijão,
Tem fruta, tem cana,
Melão e banana
Arroz, algodão.
As melancias dão*

*Tantas como areia.
Jerimum campeia
Na roça faz lôdo
Vive o povo todo
De barriga cheia.
Com vinte dias de chuva
Logo após a vaquejada
Chega a fartura do leite
Manteiga, queijo e coalhada.
No tempo da apartação,
Isto é que é festa falada.*

¹⁴ Versos do improvisador popular Antônio Batista Guedes que fazem parte do seu poema *A vida sertaneja*, transcritos da obra *Vaqueiros e Cantadores*, de Luís da Câmara Cascudo. (Castro, 1946, p. 227-228).

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

*Chega a abundância,
Reina a alegria,
Passa a carestia,
Passa a circunstância.
Com exuberância
A lavoura duplica
E uma vida rica
Passa o sertanejo;
Carne gorda e queijo,
Pamonha e canjica.*

Com as secas que assolam a região a diversidade alimentar diminui a ponto de ser extinta durante esses períodos. As secas desorganizam completamente a economia regional e instala-se a fome no Sertão. Desprovido de reservas o sertanejo cai imediatamente em um regime de subalimentação, caracterizado por Josué como uma fome epidêmica e registrada por escritores brasileiros, como Euclides da Cunha, Rodolfo Teófilo, José Américo de Almeida e Raquel de Queiroz. Suas páginas de intenso realismo revelaram para Josué o espetáculo de fome e de miséria no Sertão.

Entre as consequências da fome e da seca, Josué analisa que depois de esgotadas as esperanças e todas as reservas alimentares inicia o êxodo dos sertanejos rumo às outras regiões, serras, brejos, urbanas e amazônica em busca da promissão. Para a descrição dos cenários da seca, bem como as manifestações e reações populares frente ao fenômeno, o autor baseia-se na literatura social. Os romances *O Quinze* de Raquel de Queiroz e *A bagaceira* de José Américo de Almeida são para Josué retratos fiéis da tragédia da seca e da trajetória dos retirantes. O contato dos retirantes com os brejeiros expresso por José Américo de Almeida retrata o peso da questão agrária no Nordeste. *Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto, é não ter o que comer na terra de cannã*, frase de *A bagaceira* referenciada por Josué em *Geografia da fome*. Ela sintetiza o próprio pensamento de Josué em relação à fome no Nordeste: a miséria

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

no brejo é também pior que a do Sertão por ser permanente e emergir no meio da riqueza dos canaviais, expressando desigualdades sociais e de distribuição de terra.

Além da região do brejo, milhares de retirantes se dirigiram para a Amazônia, atraídos pelo ouro branco nas zonas dos seringais. Destes, muitos foram dizimados pelas epidemias, pelo paludismo, pela verminose e pelo beribéri. Outro destino para milhares de retirantes eram as capitais do Nordeste, onde se mantinham na miséria, em condições de vida incapazes de suprir até mesmo as necessidades vitais de alimentação. Os mangues do Capibaribe, em Recife, formavam uma verdadeira cidade de mocambos que crescia a cada seca com os novos casebres levantados por levas de retirantes. (Castro, 1946, p. 257). Josué destaca que a migração aparece como um último recurso, pois o sertanejo está rigidamente apegado à terra.

4 Considerações Finais

Em relação ao contexto em que Josué escreveu *Geografia da fome*, pode-se aferir a existência de ideias que atribuíam aos chamados “processos primitivos” de exploração da terra e sua baixa produtividade a causa dos principais problemas de produção e alimentação. Divergindo desta perspectiva, Josué desenvolve e traz à tona uma reflexão sobre as consequências maléficas do latifúndio e da monocultura na alimentação e a ênfase na necessidade da expansão da agricultura de sustentação praticada por negros e sertanejos. Constatata-se que a resultante política baseada na primeira perspectiva não apresenta a necessidade de um combate à estrutura agrária vigente. Como prioridade para sanar os principais problemas de pobreza, miséria e subnutrição no país ela centra-se apenas na produtividade e na modernização da agricultura.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

Pode-se aferir a importância da literatura e do pensamento social da época na inter-relação que Josué estabelece entre fome, latifúndio e monocultura e a importância da agricultura de sustentação na ampliação das possibilidades alimentares. São freqüentes as referências à “agricultura de sustentação”, utilizadas por Josué, em diferentes passagens de *Geografia da fome*. No livro, o autor destaca o papel dos cultivos característicos da policultura na ampliação das possibilidades alimentares de diferentes regiões e em distintos contextos. Geralmente eles aparecem em oposição à monocultura e ao latifúndio impostos pelos colonizadores na busca incessante e desvairada de riquezas que destrói os recursos alimentares e naturais. Duas formas de agricultura que se contrapõem em termos de sustentabilidade ambiental e social.

O termo *agricultura de sustentação* é incorporado, na obra do autor, como um elemento de diversidade e valorização da cultura nacional, das tradições de origem africana e sertaneja. A partir do reconhecimento e valorização dessa agricultura na formação sócio-histórica do país, o autor constrói um projeto político de incentivo a esses cultivos de sustento. É a partir desse intuito que ele propõe, na década de 1940, um plano de política alimentar onde considera primordial o incentivo a esse tipo de agricultura. As reflexões desse contexto repercutirão, na década de 1950, em dois projetos de sua autoria: um projeto de reforma agrária que define os casos de desapropriação por interesse social e outro que dispõe sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares. Esses projetos visam à ampliação das possibilidades alimentares por meio dos suportes necessários ao desenvolvimento da agricultura de sustentação.

A obra de Josué representa o legado de um passado que se faz presente em diferentes projetos que, mesmo sob outras denominações, tem a agricultura de sustentação como uma das prioridades no combate à

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

fome e na construção de uma vida sustentável. A efetivação deste tipo de agricultura exerce um papel essencial no combate à fome, especialmente nos quadros de fome crônica, permanente e, muitas vezes, invisível.

Nas últimas décadas do século XX, consolidaram-se as consequências e as críticas ao modelo de modernização conservadora na agricultura e a possibilidade de construção de alternativas, mais justas, do ponto de vista social, cultural e ambiental. A agricultura de sustentação concebida por Josué de Castro expressa sua relevância e atualidade, demonstrando um papel importante em uma estratégia de (des)envolvimento que engloba a Segurança Alimentar e Nutricional. Ela estimula a produção diversificada, amplia a capacidade de consumo de alimentos e contribui para a melhoria das condições de vida das famílias que a praticam. O projeto de agricultura de sustentação ensejado por Josué abrange, assim, as atividades agrícolas, o território e a luta pelo usufruto da terra em benefício do bem-estar social, cumprindo papel decisivo para incentivar as potencialidades das sociedades camponesas e seu patrimônio sociocultural.

O pensamento de Josué revela-se atual para refletir e discutir a construção de projetos de incentivo à agricultura de sustentação, em especial, para as ainda necessárias reformas nas estruturas agrárias do país. Suas ideias agregam elementos presentes nas recentes discussões sobre as questões essenciais no combate à fome: acesso à terra, políticas de valorização da agricultura produtora de alimentos, valorização da biodiversidade, entre outras. Afere-se que as ideias de Josué representam os anseios e o comprometimento de diferentes sujeitos que se encontram engajados nas lutas e desafios para a superação dos fatores geradores da fome e das desigualdades.

Sirlândia Schappo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutora em Sociologia pela Unicamp (2008). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina.  sschappo@gmail.com

Referências

1. CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira.** 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968.
2. CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
3. CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares.** 2 ed. Série Brasiliiana. Vol. 302. Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
4. CARVALHO, Daniel de. Estrutura agrária do Brasil. **Revista O observador econômico e financeiro**, n. 162, jul. 1949.
5. CARVALHO, Daniel de. **Estudos e depoimentos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
6. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
7. CASTRO, Anna Maria de. **Nutrição e desenvolvimento:** análise de uma política. (Tese de Livre Docência em Sociologia). Instituto de Nutrição. Centro de Ciências da Saúde. UFRJ. Rio de Janeiro, 1977.
8. CASTRO, Josué de. O problema da alimentação e a sociologia brasileira. **Dom Casmurro**, 1937a.
9. CASTRO, Josué de. **A alimentação deficitaria do Nordeste.** s/r, 1937b.
10. CASTRO, Josué de. As áreas alimentares do Brasil. **América Indígena**, Méjico, v. 5, n. 3, p. 192-205, jul. 1945.
11. CASTRO, Josué de. **Geografia da fome:** a fome no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
12. CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
13. CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
14. IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil.** Buru, SP: EDUSC, 2004.
15. LAFETÁ, João Luiz. **1930:** a crítica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades. Editora 34, 2000.
16. SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro por uma agricultura de sustentação.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2008.

Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 306-338

17. SOARES, Ângelo Barroso Costa. **Academia dos Rebeldes:** Modernismo à moda Baiana. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana. Bahia, 2005.
18. VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. **História, Ciência e Saúde**, vol. VIII (2), jul.-ago., 2001.

Recebido em: 19/05/2013

Aceite final: 18/12/2013